



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E  
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REQUERIMENTO Nº /14  
(Do Sr. Nilson Leitão e Sr. Luis Carlos Heinze)**

Requer seja realizada reunião de Audiência Pública nesta Câmara dos Deputados e Mesa Redonda no Estado de Mato Grosso, para debater a reforma agrária e a atual situação dos assentamentos, a morosidade da legalização de títulos fundiários e os impactos e desdobramentos da Operação Terra Prometida da Polícia Federal.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do RICD que, ouvida a Comissão, seja realizada reunião de Audiência Pública nesta Câmara dos Deputados e Mesa Redonda no Estado de Mato Grosso, para debater a reforma agrária e a atual situação dos assentamentos, a morosidade da legalização de títulos fundiários e os impactos e desdobramentos da Operação Terra Prometida da Polícia Federal.

Indicamos para debater o tema:

- Representante da Assembleia Legislativa do Mato Grosso;
- Representante do Ministério Público Federal
- Ministro da Agricultura
- Ministro do Desenvolvimento Agrário
- Ministro da Justiça



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Presidente do Instituto Nacional Cidadania e Reforma Agrária
- Representante da FAMATO
- Representante da FETAGRI
- Representante da APROSOJA
- Representante da Frente Parlamentar da Agricultura – FPA
- Representante da Polícia Federal

## **JUSTIFICAÇÃO**

Segundo a Operação da Polícia Federal denominada TERRA PROMETIDA, as investigações começaram em 2010 e identificaram irregularidades na concessão e manutenção de lotes destinados à reforma agrária. Entre os investigados estão oito servidores públicos, conforme a PF. A fraude está avaliada em R\$ 1 bilhão.

Segundo a PF, os envolvidos são das regiões de Lucas do Rio Verde e Itanhangá ambas no Estado de Mato Grosso, e ficam a 360 e 447 km da capital (Cuiabá, e participaram de aquisição ilegal de terras da reforma agrária, os suspeitos teriam usado documentos falsos, feito vistorias simuladas, fraudado termos de desistência e até mesmo inserido dados falsos no sistema de informações de Projetos de Reforma Agrária do Incra, permitindo que latifundiários, grupos de agronegócio e até empresas multinacionais ocupassem ilicitamente terras da União destinadas à reforma agrária.

Conforme a PF, pessoas ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itanhangá/MT e ao serviço social da prefeitura municipal, que elaboravam listas com nomes de 'laranjas' que, em nome de fazendeiros, falsificavam 'cartas de desistência' e declaração de aptidão ao Incra.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Depois disso, servidores do Incra faziam uma vistoria fictícia para comprovar a posse dos 'laranjas', que após cadastrados no sistema do órgão, eram homologados e emitidos na posse. Entretanto, quando o documento do Incra era emitido, o fazendeiro já estava ocupando e produzindo nas parcelas reconcentradas.

Portanto, entendemos que a promoção desse debate é de suma importância para os esclarecimentos necessários e conto com a aprovação dos Pares para aprovação do requerimento.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2014.

**Dep. Nilson Leitão  
PSDB/MT**

**Dep. Luis Carlos Heinze  
PP/RS**